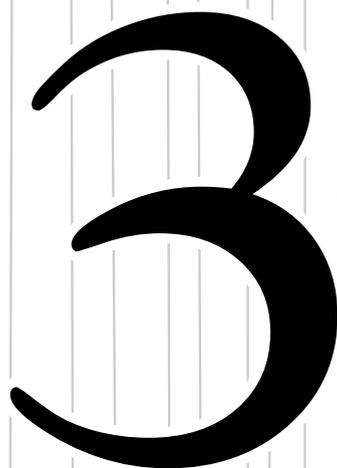


**A pastoral do silêncio:
Michel Foucault e a dialética revelar
e silenciar no discurso cristão**

*The pastoral of silence: Michel Foucault
and the dialectic between revealing and silencing
in the Christian discourse.*

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

*Professor do Departamento de História
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas
durvalal@uol.com.br*



Resumo

Este texto aborda a maneira como Michel Foucault trata em suas obras do que chama de poder pastoral e da dialética que o seu exercício pressupunha e propunha entre o revelar e o silenciar. Tomando como ponto de partida um documento elaborado pela Congregação da Doutrina da Fé, dirigida à época pelo Cardeal Ratzinger, atual Papa Bento XVI, a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais*, discute-se como esse poder pastoral continua funcionando nas sociedades contemporâneas ao lado de outras formas de exercício do poder e que consequências o funcionamento dessa modalidade de poder têm na vida das pessoas que vivenciam a condição de homossexuais. Discute-se ainda como esse documento explicita formas de saber e propõe modelos de subjetividade, como sugere práticas que repercutem não só na vida individual dos homossexuais, mas também têm consequências diretas na forma como a sociedade vê, diz, concebe a homossexualidade e trata aqueles que assumem esse lugar de sujeito. O texto tenta pensar como os homossexuais constituem suas subjetividades e como jogam com a obrigação moderna de revelar a sua verdade mais íntima e a exigência cristã de silenciar seus desejos.

Palavras-chave: Poder pastoral. Michel Foucault. Cristianismo. Homossexualidade. Revelar. Silenciar.

Abstract

The main of this article is to discuss what Michel Foucault calls pastoral power and the dialectics between the acts of revealing and silencing that emerges from this practice. Based on *The Letter to the Bishops of the Catholic Church on the Pastoral Care of Homosexual Persons*, a document elaborated by the The Congregation for the Doctrine of the Faith, whose Director at the time was Cardinal Ratzinger(nowadays Pope Benedict XVI), I discuss how this pastoral power is still present at contemporary societies (together with other kinds of power) and the consequences of it for homosexuals. I also discusses how this document proposes subjectivity models and suggests practices that not only echo on homosexual individual lives, but also have direct consequences on how society sees and deals with homosexuality .In this article I try to shed some lights on how homosexual people constitute their subjectivities, how they deal with the modern obligation of revealing each one's most intimate truths and how they cope with the Christian demand of silencing their desires.

Keywords: Pastoral power. Michel Foucault. Homosexuality. Christianity. Trevealing. Silencing.

Já na “*Declaração acerca de algumas questões de ética sexual*” de 29 de dezembro de 1975, a Congregação para a Doutrina da Fé tratava explicitamente deste problema. Naquela Declaração, salientava-se o dever de procurar compreender a condição homossexual e se observava que a culpabilidade dos atos homossexuais deve ser julgada com prudência. Ao mesmo tempo, a Congregação levava em consideração a distinção feita comumente entre a condição ou tendência homossexual, de um lado, e, do outro, os atos homossexuais. Estes últimos eram descritos como atos que, privados da sua finalidade essencial e indispensável, são “intrinsecamente desordenados” e, como tais, não podem ser aprovados em nenhum caso (cfr. n. 8, § 4).

Entretanto, na discussão que se seguiu à publicação da Declaração, foram propostas interpretações excessivamente benévolas da condição homossexual, tanto que houve quem chegasse a defini-la indiferente ou até mesmo boa. Ao invés, é necessário precisar que a particular inclinação da pessoa homossexual, embora não seja em si mesma um pecado, constitui, no entanto, uma tendência, mais ou menos acentuada, para um comportamento intrinsecamente mau do ponto de vista moral. Por este motivo, a própria inclinação deve ser considerada como objetivamente desordenada.

Aqueles que se encontram em tal condição deveriam, portanto, ser objeto de uma particular solicitude pastoral, para não serem levados a crer que a realização concreta de tal tendência nas relações homossexuais seja uma opção moralmente aceitável¹.

Esse texto corresponde ao item três da *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais*, um documento elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé, publicado em 1986, quando o Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI, exercia a sua direção, ocupando o cargo de prefeito. Vemos nele o funcionamento do poder pastoral em todo seu esplendor. Ao fazer a analítica histórica das práticas de poder, Michel Foucault considerou o poder pastoral como sendo os primórdios

¹ *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais*. Roma: Congregação para a Doutrina da Fé, 1986. Disponível em: <<http://www.promotoresdavidia.org.br/noticias/242-carta-aos-bispos-da-igreja-catolica-sobre-o-atendimento-pastoral-das-pessoas-homossexuais-1986>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

da racionalidade política no Ocidente e alertou para o fato de que essa forma de exercício do poder não foi simplesmente substituída quando do advento do Estado moderno, mas incorporada e ressignificada por ele, articulando-a à nova racionalidade jurídica, política e médica (FOUCAULT, 2001, p. 221-254). Michel Foucault, no curso que ministrou no Collège de France entre 1974-1975, intitulado *Os Anormais* (2001), procura mostrar o assustador parentesco entre as práticas da psicologia, da psiquiatria, notadamente da psiquiatria-forense, que se afirmou a partir do século XIX, e as práticas que compunham o poder pastoral, agora deslocadas de seus lugares institucionais e ressignificadas pelos deslocamentos de sentido que sofrem no interior de novos saberes, como a medicina legal e o direito, e em novos espaços disciplinares, como o manicômio, a prisão, o hospital, a escola, os quais teriam nos mosteiros, onde se desenvolveram as técnicas e saberes que deram forma ao poder pastoral, seus modelos de funcionamento. (FOUCAULT, 2001, p. 173-210). Não é, portanto, surpresa que no interior da Igreja Católica, que no interior do cristianismo, em suas várias formas de organização institucional contemporâneas, essa modalidade de poder continue funcionando: ainda mais no interior de uma instituição cuja estrutura de poder e organização hierárquica vem assimilando sempre com muita resistência as mudanças históricas que se dão a sua volta.

Como o próprio título do documento enuncia, trata-se de reafirmar a centralidade da relação entre pastores, representados pelos bispos de todo o mundo católico, e seus rebanhos, nesse caso, uma parte desgarrada do rebanho, ou podemos dizer, um rebanho de ovelhas negras que devem ser procuradas, cuidadas, recolhidas ao aprisco da instituição católica. Foi esse exercício do poder que toma o governo de um rebanho, faz o pastor ser responsável por cada ovelha o compõe, atribui ao pastor a responsabilidade de não deixar nenhuma delas se perder, se desviar do caminho, comparte com elas cada um de seus pecados, que Foucault chamou de poder pastoral. Caberia aos bispos, como pastores, estabelecer uma relação de cuidado, de atendimento, de acompanhamento em relação a todas as suas ovelhas, tendo especial desvelo com aquelas que teimam em abandonar o rebanho, com aquelas ovelhas tresmalhadas. O poder pastoral implica, ao mesmo tempo, uma relação individual e total com o rebanho, em cuidá-lo em conjunto sem se descurar com o que se passa com cada um de seus componentes. O pastor deve conhecer o que se passa no íntimo de suas ovelhas, daí porque o poder pastoral tenha dado origem, inicialmente, em comunidades monásticas, a práticas como a da confissão, do exame e direção de consciências. A dificuldade de massificar essas práticas tem sido um problema para a Igreja Católica à medida

que surgiram as sociedades de massa, em que surge o fenômeno da população, já que foram elaboradas e pensadas para pequenas comunidades, tendo de ser adaptadas hoje, por exemplo, ao uso dos meios de comunicação.

O poder pastoral se exerce, pois, como discute Foucault, como arte de se guiar rebanhos, e não, da forma como pensavam os gregos, como a arte da política, que seria a arte de tecer relações e saberes que constituem a *polis*. Enquanto o político cuida de um território, o pastor cuida de um rebanho composto de elementos dispersos, que devem ser arrebanhados e cuidados em cada um de seus componentes (FOUCAULT, 1994, p. 229-230). Daí porque Foucault coloca o poder pastoral e suas técnicas e práticas na base da emergência dos processos de individuação que no Ocidente farão emergir o indivíduo como a principal figura de sujeito. Fazer a história do poder pastoral, para Foucault, se inscrevia em sua busca por fazer a história das formas de sujeição e subjetivação que conduziram à emergência das figuras de sujeitos dominantes na modernidade ocidental, dentre elas a figura do indivíduo. Práticas como a da confissão e do exame de consciência, se bem que apoiadas em práticas já existentes nas sociedades da antiguidade, como mostra em dois volumes da *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 2007a, 2007b), farão do cristianismo e do monasticismo pontos de mutação e de afirmação de práticas fundamentais para entendermos a emergência do indivíduo como principal figura de sujeito no Ocidente. Como o poder pastoral é aquele que quer orientar condutas, como deixa claro o documento citado acima, ele dedicará especial atenção aos atos, aos comportamentos, e incitará cada membro do rebanho a observar aquilo que faz, a voltar um olhar sobre si, a examinar a si mesmo, as suas práticas, os seus pensamentos, os seus desejos, levando cada componente do rebanho a se ver e se assumir como responsável pelo descaminho ou pela chegada a bom termo de todo o rebanho. É nesse contexto que o pastor vem a se tornar um diretor de consciências, alguém que deve estar pronto a ouvir a confissão, por mais íntima e pecaminosa que seja, de cada um de seus dirigidos, a quem deve aconselhar e dirigir no sentido de seguir as boas práticas que os levem à salvação, e não à danação. Esse poder pastoral exigirá a obediência daquele que tem a sua consciência dirigida a seu diretor, obediência entendida como submissão total do discípulo ao mestre (CASTRO, 2009, p. 323-334).

Nesse sentido, a Igreja Católica terá uma enorme dificuldade de lidar com o mundo moderno onde, por uma ironia da história, o indivíduo que ela ajudou a formar passará a reivindicar o direito à liberdade de suas ações. Ao lermos o documento citado no início, o que vemos é uma instituição que ainda

exige a obediência absoluta a seus dogmas e preceitos, tendo dificuldade em aceitar as consequências daquilo que é um fundamento filosófico do mundo moderno ocidental: a ideia da liberdade individual como um direito natural de cada homem e mulher, embora em dada passagem do texto se diga que a Igreja “não limita, antes pelo contrário, defende a liberdade e a dignidade da pessoa, compreendidas de um modo realista e autêntico”. Claro que não ficamos sabendo o que é essa defesa da liberdade de um modo realista e autêntico, talvez ela leve, nos parece, à limitação da própria liberdade, que afinal sabemos não existe em abstrato, somente vivida em práticas concretas, tal como pensou o próprio Foucault².

O que contestamos aqui se refere, justamente, às concepções de liberdade, realidade e dignidade defendidas pela Igreja, por isso seria importante que as explicitasse, mas o discurso para crianças não o permite fazê-lo. Como o poder pastoral responsabiliza o pastor pelos descaminhos do rebanho, sendo responsável por seus pecados e como não devendo ser com ele condescendente, alerta o documento, os bispos não podem ter para com os homossexuais um comportamento de complacência, nem ver com benevolência essas práticas, não podem aceitá-las em nome do direito à liberdade individual ou do direito à intimidade, outra instituição moderna que não faz nenhum sentido para um poder pastoral que, como vimos, se baseia na necessária confissão, na indispensável obrigação de revelar o que não só andou praticando, como também o que andou pensando e desejando.

Essa obrigação de se revelar, de dizer o que há no íntimo de cada um para o confessor, que tem, por sua vez, a obrigação de manter o revelado em segredo, faz da prática da confissão e do poder pastoral um misto de obrigação de revelar e de silenciar. Romper o silêncio sobre o que foi confessado na intimidade de um confessor representa um pecado e uma violação moral grave tanto para quem ouve a confissão quanto para quem a realiza. No entanto, Foucault, na esteira de Nietzsche, localiza nessa prática a emergência do imperativo de dizer a verdade e a valorização da verdade nas sociedades ocidentais modernas, bem como a articulação específica entre saber e poder que dá origem à modernidade (CASTRO, 2009, p. 82-84). Perscrutar a verdade de si, buscar tomar consciência de sua verdade mais íntima, foi o que possibilitou o surgimento de instituições e saberes modernos, como o romance, a psicologia, a psicanálise, a psiquiatria, isto é, de todas as práticas voltadas para a individuação, para a construção de corpos e subjetividades singulares

² Ver a discussão que Foucault faz sobre o tema e como ele enfatiza o que chama de “práticas de liberdade” em: FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. vol. IV, 1994, p. 710-712.

em relação a um todo. Essa é a contradição contemporânea do exercício do poder pastoral, que se localiza em seu próprio funcionamento: ter que emitir mensagens, propor códigos de conduta, estabelecer regras morais e éticas, prescrever comportamentos e atitudes, para todo um rebanho que, como antes, é formado de distintas ovelhas, mas que agora, imbuídas da ideia de liberdade individual, não se conformam a esses preceitos facilmente.

Foi a partir das formulações feitas pelo liberalismo, desaguadouro dessas técnicas de si e do processo de individuação ocorrido no Ocidente – liberalismo entendido como Foucault (2008) o compreende, não simplesmente como ideologia, como modo de representação do social, mas como um conjunto de práticas, de regras que incitam a ação, a ação livre, apoiadas apenas nos interesses e nos direitos individuais –, que o conflito entre o catolicismo, seus modelos de subjetividades e os modelos de sujeito propostos pelos saberes modernos se acirra. A Igreja Católica sempre conviveu mal com o liberalismo, à medida que seu poder pressupõe a existência de um poder maior e soberano, o poder de Deus, em nome do qual ela pretende falar e existir. Se lermos todo o documento supracitado, nós veremos que a Igreja Católica tem dificuldade de aceitar o que chama de “relativismo contemporâneo”, pois ela enuncia verdades que pretende que sejam absolutas, advogando que seu discurso é o discurso de Deus, um absoluto, cujas verdades, mesmo insondáveis, não podem ser contestadas.

A queda das monarquias absolutistas, o declínio das práticas de poder assentadas na ideia de soberania, tal como narra Foucault em várias de suas obras, a ascensão das práticas de poder disciplinares e a emergência da biopolítica, embora sejam desdobramentos talvez não desejados pelo poder pastoral, causaram à Igreja Católica um enorme desconforto, porque seu discurso institucional baseava-se na visão absoluta de Deus e de suas verdades e na soberania que Ele e a Igreja em seu nome deviam exercer sobre todos os poderes e seres temporais. A *Carta aos Bispos* de 1986 se fundamenta em noções como tradição – vista como algo que atravessa os tempos e não como pensamos hoje, inventado historicamente – e verdade sagrada, como algo incontestável vinda do próprio Deus, manifesta por Sua Palavra, presente na Bíblia e sob a interpretação exclusiva da Igreja, ponto de discórdia central com as igrejas protestantes. Tais concepções fazem da Mensagem, grafada com maiúsculas, da Igreja um discurso incontestável, ao qual só resta aos indivíduos seguir, abrindo mão de sua liberdade de pensar, de raciocinar e de agir por si mesmos, atributos essenciais da forma como foi pensado o Homem no mundo moderno. Sabemos que pela universalidade do poder de Deus e por corolário do poder da Igreja, portanto, de seus saberes e de suas verdades, o

pensamento moderno, notadamente com o Iluminismo, irá consagrar o poder do Homem, visto também como uma entidade universal, e de seu pensamento, advogando a liberdade individual, a liberdade de pensamento, de expressão e de ação como direitos inalienáveis dos seres humanos (CASSIRER, 1997). Essa visão crescentemente individualista dos homens se choca com a visão comunitarista e totalitária da Igreja Católica. Vejamos o item doze do documento, onde essas formulações ficam explícitas:

Certamente, a Igreja de hoje proclama o Evangelho a um mundo bastante diferente do mundo antigo. Por outro lado, o mundo no qual foi escrito o Novo Testamento estava já consideravelmente mudado, por exemplo, quanto à situação na qual foram escritas ou redigidas as Sagradas Escrituras do povo judeu.

Deve-se ressaltar todavia que, embora no contexto de uma diversidade notável, existe uma evidente coerência no interior das mesmas Escrituras no que diz respeito ao comportamento homossexual. Por isto, a doutrina da Igreja acerca deste ponto não se baseia apenas em frases isoladas, das quais se podem deduzir argumentações teológicas discutíveis, e sim no sólido fundamento de um testemunho bíblico constante. A atual comunidade de fé, em ininterrupta continuidade com as comunidades judaicas e cristãs no seio das quais foram redigidas as antigas Escrituras, continua a alimentar-se com aquelas mesmas Escrituras e com o Espírito de Verdade do qual elas são a Palavra. É igualmente essencial reconhecer que os textos sagrados não são realmente compreendidos quando interpretados de um modo que contradiz a vigente Tradição da Igreja. Para ser correta, a interpretação da Escritura deve estar em acordo efetivo com esta Tradição.

A este respeito, assim se exprime o Concílio Vaticano II: “É claro, pois, que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, por sapientíssima disposição de Deus, são entre si tão relacionados e unidos, que não podem subsistir independentemente, e todos juntos, segundo o modo próprio de cada um, sob a ação de um só Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas” (*Dei Verbum*, n. 10). À luz dessas afirmações aqui se delinea sucintamente o ensinamento da Bíblia sobre a matéria (CARTA, 1986, [s.p.]).

Como aponta longamente em *Os Anormais* (FOUCAULT, 2001, p. 39-68), o poder pastoral, assim como ocorre com o poder médico-judiciário, tende

a transformar os sujeitos a quem dirige seus discursos em crianças, daí o caráter pueril e infantil de muitas de suas formulações. Ao lermos a *Carta aos Bispos*, em vários momentos os homossexuais são tratados como crianças peraltas, que não sabem direito o que fazem e o que querem de suas vidas, precisando urgentemente de quem os oriente. A Igreja Católica continua tendo a família como a instituição modelar e nuclear na sociedade, e suas formulações parecem sempre assombradas pelas relações pais-filhos, até porque assim é proposta a relação entre Deus e os humanos. Eles parecem sempre discursar para pirralhos que merecem umas reprimendas pelas coisas erradas que fazem, sem saber direito o que fazem e por que agem assim.

A pastoral dos bispos católicos deveria, pois, enfatizar o esclarecimento, mesmo tendo a punição como horizonte, a educação, o cuidado, a atenção, a pregação da verdade que esses infantes devem conhecer. Foucault também chama atenção para o caráter grotesco, ubuesco, de muitas das formulações, de muitas das noções e conceitos que serviam para articular o discurso da medicina legal, dos peritos em psiquiatria forense (FOUCAULT, 2001, p.15, 44-47). O exercício grotesco ou ubuesco do poder é aquele que desqualifica o próprio agente que o exerce. Embora muitas vezes possa convocar o riso, e ao lermos essa *Carta* de Ratzinger não podemos segurar o riso diante de algumas noções que sustentam seu discurso – que analisaremos logo a seguir –, as consequências desses discursos são muito sérias e palpáveis, à medida que infantilizam os sujeitos aos quais se dirigem e desculpam quem exerce o poder discricionário, quem aspira ao exercício da soberania arbitrária, desculpam a burocracia administrativa pelo seu histrionismo, por sua bufonaria solene e enfatuada, ritualizada. Diz Foucault (2001, p. 15):

O poder político, pelo menos em certas sociedades, em todo caso na nossa, pode se atribuir, e efetivamente se atribuiu, a possibilidade de transmitir seus efeitos, num canto, que é manifestamente, explicitamente, voluntariamente desqualificado pelo odioso, pelo infame ou pelo ridículo.

Para Foucault, o caráter grotesco do poder afirmava a sua incontornabilidade, sua inevitabilidade, que pode funcionar com todo rigor e de modo racional, mesmo nas mãos de alguém desqualificado. Embora saibamos da erudição e saber teológico e filosófico, do conhecimento das ciências humanas e sociais que tinha o formulador desse documento, a puerilidade de seus argumentos e a infantilidade dos conceitos que maneja só podem nos levar a pensar no caráter ubuesco do poder exercido por uma instituição que parece estar sempre em descompasso com o mundo em que vivemos, a qual é tão reativa e reacionária que seu discurso beira ao grotesco.

Vejam os quais os conceitos que sustentam o discurso da Igreja Católica sobre a homossexualidade, inteiramente presentes na *Carta aos Bispos*. O texto, de saída, declara que a abordagem que fará do que chama de “problema da homossexualidade” se apoiará nas concepções da moral cristã e nos “resultados seguros das ciências humanas”. Essa formulação nos alerta para o fato de que leremos um discurso fundado em preceitos morais, portanto um texto moralizante que pressupõe terem as ciências humanas “resultados seguros”, isto é, verdades fixas e definitivas, que suponho sejam aquelas aceitas pela instituição. Essas verdades científicas, fruto do uso da razão humana, estariam iluminadas, no caso da Igreja, pela fé, fazendo com que ela tenha condições de transcender os horizontes. Ou seja, a categoria fé fundamenta a aceitação ou não de dadas verdades científicas pela instituição, que teria assim uma visão mais completa da condição humana, pois não se aterá apenas ao corpo, mas também ao espírito. Aqui se delinea a presença da visão negativa do corpo presente no interior do pensamento cristão, que comentaremos mais à frente, em sua relação com a noção de carne, estudada por Foucault nos últimos anos de sua vida (CASTRO, 2009, p. 68-70). Após afirmar que a Bíblia tem algo a dizer sobre o homossexualismo, cometendo um anacronismo explícito, o texto diz que as verdades bíblicas sobre essa prática permanecem válidas hoje, mesmo diante de todas as mudanças culturais que ocorreram desde que foram formuladas, combatendo o que seria um dos males do nosso tempo: o relativismo cultural.

O primeiro argumento para uma condenação das práticas homossexuais se remete ao que chama de “teologia da criação”, que parece repor a tese criacionista mesmo tendo a Igreja Católica, oficialmente, aceito a teoria da evolução das espécies. Deus teria criado o homem como varão e a mulher, por isso os seres humanos seriam “criaturas de Deus chamadas a refletir, na complementaridade dos sexos, a unidade interna do Criador”. Eles realizariam essa função, de modo singular, quando, “mediante a recíproca doação esponsal”, cooperariam com Deus na transmissão da vida. Aqui vemos reafirmado um dos dogmas seculares do catolicismo e do cristianismo: a ideia de que o sexo existe destinado exclusivamente à procriação, de que embora Deus tenha colocado prazer no sexo, possivelmente para atrair machos e fêmeas para a procriação, esse prazer está vedado se não realizado no interior do matrimônio, o qual se tornará, a partir do século IX d.C, um sacramento. O prazer pelo prazer daria origem ao pecado da luxúria, fazendo de todas as práticas sexuais homossexuais, porque não procriativas, contrárias à natureza humana. Elas seriam uma das manifestações e consequências da queda, que fez os homens se apartarem de seu Criador e se alienarem de sua origem divina,

a qual impõe certos limites e deveres ao existir humano. A introdução do pecado no mundo teria encoberto o que o texto chama de “significado esponsal dos corpos humanos”. Significado esponsal: primeiro conceito do reino de Ubu a aparecer no texto. Ele é de um vazio monumental, no entanto é apresentado como se todos soubessem de seu significado, parecendo mais um jogo de palavras do que algo que possa remeter a qualquer reflexão conceitual mais elaborada. Nossos corpos nasceriam destinados a ser esposos, a ser atados ao corpo considerado oposto, correto. Sodoma seria resultado do obscurecimento desse significado esponsal dos corpos pelo pecado. Em seguida, numa manipulação clara das próprias Escrituras, o texto vai se remeter à famosa e repetida passagem do *Levítico* (18: 22 e 20: 13), na qual, segundo o texto, haveria a condenação moral do homossexualismo quando o autor, ao indicar quem seriam aqueles dignos de pertencer ao povo de Deus, exclui os que teriam um comportamento homossexual. Além dos anacronismos, a Igreja e o texto terão que lidar com uma dificuldade, da qual trataremos logo adiante: que Deus é esse que é o Criador de todas as criaturas, mas que exclui algumas de seu povo? Que sádico e cruel Deus é esse que cria a sua imagem e semelhança criaturas que depois não reconhece como pertencendo a seu povo?

O cerne da argumentação do texto e as distinções conceituais que ele promove visam dar respostas a essas questões teológicas e filosóficas. O tempo todo fará explicitamente a distinção entre “condição homossexual” e “comportamento ou práticas homossexuais”. Operando um deslizamento nas teses criacionistas que parece ainda esposar em alguns momentos do texto, a *Carta aos Bispos* trata de fazer inclusive uma distinção entre a condição homossexual como não intrinsecamente pecaminosa – o que seria um avanço no discurso da Igreja, embora, como veremos mais tarde, o texto termine por se contradizer – e os atos homossexuais reafirmados como pecaminosos. Aproximando-se ainda do discurso sobre a sodomia, a Igreja Católica tende a assentar sua atenção sobre as “práticas homossexuais”, ainda que introduza a noção advinda das ciências humanas contemporâneas de “condição homossexual”. Como sabemos, o sodomita se definia por suas práticas, a sodomia não constituía uma condição, um ser mesmo do indivíduo. Será o conceito médico da homossexualidade que introduzirá, já em pleno século XIX, a ideia da existência de seres constitutivamente homossexuais, discutindo-se o caráter biológico ou psicológico dessa constituição (BROWN, 1990). Essa distinção vai ser usada para reler o que chama de tradição bíblica, destacando passagens como a da Carta de São Paulo aos romanos, na qual ele teria explicitamente condenado os “atos homossexuais” (cf. *1 Tm* 1: 10). Nessa carta, Paulo chamaria a atenção para a “desarmonia das relações

homossexuais”, sendo elas fruto da “cegueira em que caiu a humanidade após o pecado original”, alertando ainda que o “comportamento homossexual” seria produto dos excessos no campo moral e da idolatria nascidos da quebra da harmonia original entre Criador e criatura. Aqui mais uma pérola do discurso ubuesco: “desarmonia das relações homossexuais”. Mas por que seriam elas desarmonicas? Se são desarmonicas, o que seria o harmônico nas relações sexuais ou entre as pessoas? Existem relações inteiramente harmônicas entre os homens? Qual o critério aqui levado em conta? Seria o critério da natureza? Mas aí cairíamos na aporia de um Criador perfeito que cria seres de sua mesma natureza imperfeitos, um ser harmônico que origina seres desarmonicos. Seriam desarmonicas do ponto de vista cultural, ético ou moral? Sendo assim, essas desarmonias são não só passíveis de discussão, mas também de superação pelos próprios homens.

Afirma então o caráter imoral das práticas homossexuais, pelo fato de elas contrariarem o que seria uma prescrição divina, apesar da história da própria Igreja mostrar serem bem humanas. No entanto, os atos sexuais só seriam aceitáveis no interior do matrimônio, visando à procriação. Tanto o matrimônio quanto a geração de filhos estariam inscritos no campo da autodoação, que seria a essência mesma da vida cristã, autodoação da qual estariam excluídos os homossexuais. Imediatamente, o texto ensaia uma justificativa para uma afirmação que faria dos homossexuais seres incapazes de generosidade e introduz uma explicação baseada em conceitos tão pueris, tão infantis e vagos, que merece ser citada na íntegra:

Não quer dizer que as pessoas homossexuais não sejam frequentemente generosas e não se doem, mas quando se entregam a uma atividade homossexual, elas reforçam dentro delas mesmas uma inclinação sexual desordenada, caracterizada em si mesma pela autocomplacência (CARTA, 1986, [s.p.]).

Gravem bem esta pérola de conceito ubuesco, pois ela será o cerne de toda a reflexão daqui para frente: a “inclinação sexual desordenada” dos homossexuais e sua “autocomplacência”. O que seria uma inclinação sexual desordenada? Não faça essa pergunta incômoda ao texto, ele jamais tratará de explicar. No entanto, essa noção obscura, da qual é difícil saber sequer a matriz, parece misturar psicologia de almanaque com simples discurso obscurantista de caráter moral. Ela parece ser apenas a reafirmação ideológica e superficial da ordem heterossexual, vista como uma inclinação ordenada, conforme a ordem vigente. Puro discurso conservador disfarçado de discurso filosófico ou teológico. A adoção da noção de inclinação parece dar ares de

modernidade a concepções morais obscurantistas, a arcaísmos que teimam em ser reatualizados em nosso tempo. Apoiado em que tipo de saber, em tipos de experiência, atividades de pesquisa e evidências se afirma esse caráter desordenado do desejo homossexual? Na era das ciências, da racionalidade, das ciências dos homens, termos que conviver com enunciados como esse que não estão amparados senão na fé e no preconceito, quando não na ignorância mais persistente, é intolerável. Um enunciado como esse só desqualifica o saber de quem o emite, dando a seu poder o caráter grotesco do qual fala Foucault. A puerilidade, o infantilismo, de uma noção como essa chama a todos que a ela aderem a retornarem à condição de crianças, de infantes que precisam aprender o bê-á-bá. Sabemos todos que ao sustentar discursos como esse os Papas católicos se candidatam, cada vez mais, ao lugar de bufões de nosso tempo.

Ficamos sabendo então que essa “desordem moral” que é a homossexualidade só pode impedir a “felicidade e a autorrealização” de quem a pratica. Após o uso de três noções bastante rigorosas como “desordem moral”, “felicidade” e “autorrealização”, quedamo-nos a perguntar o que seria a ordem moral e quem a define. Segundo o que vem a seguir no texto, e que podemos deduzir por toda a sua argumentação, felizes e autorrealizados seriam aqueles que mesmo tendo uma condição homossexual não a praticassem? A Igreja Católica não consegue vislumbrar a possibilidade de felicidade e autorrealização para os homossexuais? Estaríamos diante do lugar comum do caráter trágico e infeliz da condição homossexual? Novamente então voltamos à pergunta incômoda: que Deus é esse que cria pessoas destinadas à infelicidade e a não realização? Que Pai bondoso é esse que põe no mundo filhos destinados ao sofrimento e à frustração? Fazer essas perguntas é impossível no interior de um discurso religioso, pois elas significam senão o questionamento da própria existência de Deus, pelo menos o questionamento de como Ele é pensado e definido pelo discurso católico e cristão. Significa a problematização do regime de verdade que sustenta esse discurso, verdade que, como deixa claro o item oito do documento, teria sido revelada à Igreja pelo próprio Deus. Como então se contrapor a verdades que não seriam da ordem do humano, mas sim da ordem do divino? Essa verdade exclui, de saída, o próprio humano, tornando-o periférico à medida que cabe a ele apenas aceitar e obedecer a ela e à instituição que a encarna e que a proclama em nome de Deus. Embora revelada, é uma verdade que de partida silencia a quem se dirige, à medida que nada contra ela se pode dizer, pois se sustenta num argumento de autoridade intransponível: a existência de Deus e de sua vontade discricionária e insondável, inquestionável. Quem discrepa dos documentos da

Igreja imediatamente se encontra fora da verdade ou contra ela, mesmo aqueles que de dentro da própria instituição se solidarizam com a causa homossexual, porque manifestariam de forma inconsciente o que a Igreja nomeia de “ideologia materialista”, a qual negaria a natureza transcendente da pessoa humana, bem como a vocação sobrenatural de cada indivíduo. Portanto, a Igreja, cônica de suas verdades, deveria orientar os homossexuais a não acreditarem naqueles que buscam criar confusão quanto à posição da instituição.

Em seguida, o documento afirma que a posição do catolicismo quanto à homossexualidade não constitui uma forma injusta de discriminação, o que nos faz pressupor que deve haver formas justas de discriminação, talvez a aplicada ao caso em tela. Posiciona-se então contrariamente aos católicos que apoiam a luta pelo reconhecimento civil e público de direitos para os homossexuais; condena os Estados que promovem legislações que reconhecem direitos à comunidade homossexual, deixando claro o caráter político e de luta pelo poder desse discurso, não so em relação à emergência das organizações de luta por direitos para os homossexuais, mas também no que se refere aos próprios Estados Nacionais. Enquanto o movimento homossexual organizado, desde a década de sessenta do século passado, tratou de tornar a questão da homossexualidade uma causa pública, retirando-a das sombras do que se definia como vida íntima ou privada, dando a ela um caráter de luta por direitos, a Igreja Católica e várias outras denominações religiosas cristãs tentam, claramente, infundindo noções como as presentes nesse documento, veicular a vergonha, a culpa, a autodepreciaço, como sentimentos que devem ser subjetivados pelos homossexuais, levando-os a procurarem novamente viver na sombra e no anonimato. Todas as ações e discursos da Igreja Católica constituem o que podemos nomear de uma pastoral do silêncio, que busca convencer os homossexuais de que sua opção sexual gera – como diz textualmente o documento em análise, lançando mão de outro conceito vago e ubuesco – “ameaça ao bem-estar de grande número de pessoas”, e por isso deve ser silenciada. Evidentemente não peçamos para que conceitue o que é bem-estar, um rigoroso conceito retirado do senso comum mais banal. Lançado em plena emergência da epidemia de AIDS, pretensamente sendo uma resposta a ela, esse documento utiliza-se da noção to em voga de “risco”, para caracterizar o que seria “o comportamento homossexual”, como se existisse tal coisa genérica e homogenea.

Embora a peça em análise seja um exemplo evidente de violência simbólica contra os homossexuais, o texto se põe a condenar em nome do que chama de “princípios elementares sobre os quais se alicerçam a convivência

Embora para nós possa parecer estarrecedor, no entanto, de forma nada sutil, o que vemos nessa passagem é a Igreja Católica responsabilizando os homossexuais pelas manifestações de preconceito e violência de que possam ser vítimas. Ao saírem às ruas, ao romperem o silêncio, ao se colocarem como sujeitos de direito, ao não assumirem o que chama agora de sua “condição desordenada” – mais uma homenagem a Ubu –, ao não introjetarem a sua condição de menoridade, deixando-se cuidar por padres e bispos paternos e protetores, os homossexuais legitimariam as atitudes de hostilidade que sofrem socialmente. Não tão subliminarmente assim o discurso oficial católico justifica e até incentiva a violência contra os homossexuais, pois é em si mesmo uma manifestação de preconceito e uma violência simbólica. Explicitamente o documento advoga que o homossexual deve se sentir culpado pelos seus atos. Para que o dispositivo da culpa se instale e o homossexual se elabore como um sujeito culpado e que sente vergonha de sua condição, o documento trata de desqualificar o enunciado advindo do campo contrário, enunciado de cunho naturalista inclusive, de que a homossexualidade não nasceria de uma ação livre e deliberada dos sujeitos homossexuais. Apelando para a “sábria tradição moral da Igreja”, enunciado bastante contestável, alerta que podem até ocorrer casos particulares em que as circunstâncias eliminem a culpa dos indivíduos, mas seriam casos singulares que não deveriam ser generalizados. Dever-se-ia evitar a presunção infundada e humilhante – não sabemos para quem – de que o comportamento homossexual resultaria sempre de coação e, portanto, sem culpa. Veja que a culpabilização é o principal dispositivo para a elaboração de subjetividades, para a produção de sujeitos no discurso católico e cristão. Dotados da “liberdade fundamental que caracteriza a pessoa humana”, os homossexuais seriam livres para escolher praticarem ou não a homossexualidade e, por isso mesmo, deveriam admitir serem culpados por suas escolhas, pelo seu comportamento condenável.

É muito interessante perceber que o enunciado da liberdade fundamental da pessoa humana é imediatamente sucedido por afirmações que limitam bruscamente essa liberdade, pois ela só deve ser usada em uma direção: a da obediência aos preceitos cristãos e católicos. Os católicos são afirmados como livres de forma abstrata, conceitual ou como pressuposto filosófico metafísico, mas essa liberdade não poderia se manifestar no mundo físico, não poderia se manifestar em ações livres de culpa, o que denuncia implicitamente a culpa como um mecanismo de cerceamento da liberdade, de limitação do que seria a nossa liberdade fundamental. Para o documento, a particular dignidade da pessoa humana é dada pelo fato de que pode escolher, pode evitar atitudes reprováveis pela moral cristã. A graça de Deus pode

sempre ser invocada para que venha ajudá-lo a não expressar a homossexualidade, libertando-se assim do mal. Deus e sua graça colaborariam na imposição da pastoral do silêncio.

Ao tratar em *Os Anormais* (FOUCAULT, 2001, p. 293-335) do poder médico-judiciário e de como ele procede a uma reapropriação do poder pastoral, Foucault nos fala dessa particular dialética entre o revelar e o silenciar que fundamentava suas práticas, dava-lhe legitimidade, além de se constituir em procedimento de extração de saber. Desde os dispositivos da confissão, do exame e da direção de consciência presentes no poder pastoral, que por deslizamentos sucessivos darão origem na modernidade à generalização do exame como forma de produção de saber e de exercício do poder na sociedade das disciplinas e da biopolítica, que essa dialética entre o revelar e o calar está presente, sofrendo o que poderíamos chamar de uma inversão estratégica, já que no cristianismo o segredo era mais importante do que o que se revelava, do aquilo que se tornava público. A confissão como dispositivo constituía uma relação particular e de dependência entre aquele que confessava e aquele que ouvia a confissão, da qual deveria guardar segredo. O poder dado ao confessor, que com o tempo se tornaria, entre as elites, o diretor de consciência, nascia do segredo que portava, não do que revelava. No mundo moderno, o que se revela é aquilo que confere poder, é o resultado do exame que se torna saber e inclusive ciência, o qual quando publicado conferirá poder a quem o veio descobrir.

Enquanto o poder da Igreja baseava-se naquilo que guardava em segredo, o poder da burguesia vai se basear na publicidade, na propaganda, no vir a público dizer verdades. Talvez advenha daí a dificuldade do catolicismo em lidar com uma ordem social em que o imperativo do se revelar, e no caso dos homossexuais esse imperativo se torna explícito, prevalece sobre o de segredar. A imoralidade do mundo moderno teria como uma de suas faces mais condenáveis para a Igreja essa exposição em público do que deveria ser mantido ou vivido às escondidas: sociedade pornográfica³. A convivência de uma dupla moralidade, uma na vida privada e outra na vida pública, tão presente nas sociedades de maioria católica, talvez tenha aí sua explicação. Ao vir a público, o movimento homossexual rompeu com essa dupla moral, farisaica e hipócrita, na qual o que importa fundamentalmente é evitar a publicidade dos fatos, como se apenas isso garantisse a não existência deles. A existência das práticas de violência e de pedofilia no interior das instituições católicas, só agora reveladas com estridência, e com as quais a Igreja sempre

³ Ver a esse respeito: BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

demonstrou uma dificuldade de lidar publicamente, talvez seja possibilitada, entre outros fatores, por essa forma particular de encarar a relação entre silêncio e fala.

Se o poder pastoral previa o cuidar-se do rebanho e de cada ovelha em particular, nele aliava-se uma observação atenta de cada corpo em particular, adotando-se procedimentos de individualização e do conjunto que formavam, bem como procedimentos voltados para o cuidado e gerência do coletivo. Foucault nos fala de como também, por rupturas históricas sucessivas, das quais não podemos tratar aqui, essa atenção ao singular está na origem das técnicas disciplinares que caracterizarão a ordem social moderna e suas instituições, enquanto esse olhar de conjunto sobre a população fará emergir as biopolíticas, formas de governo dirigidas não apenas aos indivíduos, mas às massas urbanas que emergem na sociedade urbano-industrial (FOUCAULT, 1999, p. 285-316).

Se na Idade Média prevaleciam as técnicas de governo que constituíam o que ele chama de modelo da lepra, pois buscavam isolar os indivíduos, colocá-los para fora do convívio social, na modernidade operará o modelo da peste que se trata de esquadrihar e controlar a população, ao mesmo tempo em que fixa e localiza os indivíduos. Porém, o que parece relevante para encerrar esta discussão sobre o discurso cristão e a análise do caso referente a esse discurso que escolhemos para analisar, mediante as reflexões foucaultianas, é o modo como a sociedade disciplinar vai atualizar o dispositivo do exame de consciência da pastoral cristã, como vai generalizar e tornar a principal maneira de se produzir sujeitos na modernidade, esse voltar-se para si mesmo, esse confessar-se inicialmente a si mesmo para depois confessar aos outros, essa busca de dizer a si para si mesmo, essa procura de uma verdade para si, para que possa ser então revelada. Quando no final do documento em análise se define qual a atitude esperada daqueles que viveriam a condição homossexual, delinea-se, também, de forma explícita, que tipo de relação o homossexual deveria ter para consigo mesmo. Perguntando-se como deveria agir um homossexual que gostaria de seguir o Senhor, portanto que gostaria de fazer parte de seu rebanho e de não ser uma ovelha desgarrada, negra, enjeitada, como poderia retornar ao aprisco, ou seja, ao curral do Senhor, recomenda-se que essas ovelhas façam, em suas vidas, a Sua vontade, que O obedeçam, que se submetam a esse poder incontornável que é o do Senhor. Em seguida, lemos o que poderíamos considerar o trecho mais grotesco desse discurso, pois, ao mesmo tempo em que desqualifica seu emissor, reforça e repõe o seu poder. Fazemos questão de citá-lo textualmente:

Substancialmente, tais pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus na sua vida, unindo ao sacrifício da cruz do

Senhor todo sofrimento e dificuldade que possam experimentar por causa da sua condição. Para quem crê, a cruz é um sacrifício frutuoso, pois daquela morte derivam a vida e a redenção. Ainda que se possa prever que qualquer convite a carregar a cruz ou a compreender de tal forma o sofrimento do cristão será ridicularizado por alguns, é preciso recordar que é este o caminho da salvação para todos aqueles que seguem o Cristo (CARTA, 1986, [s.p.]).

Embora reconheça que possa ser tomado como expressão discursiva do ridículo, esse discurso incita os homossexuais a considerarem sua condição uma cruz a carregar, mas a carregar em silêncio, resignadamente. Após reafirmar a imagem de que a homossexualidade deve ser motivo de sofrimento e dificuldades, advoga que os homossexuais devem sacrificar o seu desejo, não os externando através de práticas e atitudes. Mais uma vez o catolicismo parece optar pelo silêncio, segredo, mistério, em vez de optar pela palavra, ação, revelação. Os homossexuais são chamados, em nome da salvação depois da morte, a se mortificarem em vida, a manterem consigo mesmos uma relação de negação e de rejeição. Contraditoriamente são chamados a amarem a Deus e a odiarem o corpo, a carne que teria a imagem e semelhança desse Deus criador. Os homossexuais deveriam adotar uma relação de si para consigo, adotar processos de subjetivação que levassem à autocomiseração e à autodepreciação. Atualizando a pastoral da carne, o documento lembra que, segundo Paulo: “Não podeis pertencer a Cristo sem crucificar a carne com as suas paixões e os seus desejos” (*Gal* 5: 22-24). O próprio documento chamará essa atitude de “atitude de autorrejeição”, mas dará a ela um sentido positivo, já que significaria a entrega da vida do sujeito homossexual nas mãos do Senhor, que daria em troca vida em lugar de morte – numa muito particular forma de pensar a vida –, praticando a virtude em lugar do vício. Portanto, vemos surgir mais uma noção moral para enquadrar as práticas homossexuais, a noção de vício, noção vaga do senso comum, lábil o suficiente para adquirir o conteúdo que a ela se queira dar a cada vez. Abrir mão da própria vontade para realizar a vontade do Senhor, que parece nunca querer pouco ou deixar por menos, seria uma curiosa manifestação de amor dos homens por Deus, já que a cruz seria também uma expressão do amor de Deus pelos homens. Essa curiosa associação entre um instrumento de tortura e morte e o amor talvez deixasse Ubu lívido de surpresa ou de indignação. Assim como Deus doou a vida de seu Filho para a salvação dos homens, estes, principalmente se forem homens e mulheres homossexuais, deveriam doar suas vidas, praticando a castidade, silenciando seus desejos e corpos, tornando suas vidas uma penitência em honra e glória desse Deus tão bondoso e pouco exigente e discricionário.

Em uma de suas inúmeras frases de impacto e de conteúdo muito feliz, Foucault certa feita afirmou numa entrevista que “durante séculos as religiões não puderam suportar que contassem suas histórias” (FOUCAULT, 1994, p. 160). Elas parecem sempre querer o silêncio, o não dito, o segredo, para que seus discursos e suas verdades, pretensamente eternas, universais, atemporais, possam prevalecer e se apoderar da vida e das subjetividades das pessoas, moldando e criando sujeitos e subjetividades conformes e conformados com verdades sustentadas por conceitos e noções adjetivas, pueris, do senso comum, quando não grotescas, que veiculam preconceito, ignorância e ignomínia. Confissão é um gesto que se requer só dos fiéis. Revelação, só da palavra do Senhor e de Sua verdade, que cada uma diz encarnar. Por isso, é preciso fazer a história das religiões, a história das práticas e dos discursos das religiões, analisar as relações de poder e saber que sustentam e legitimam-nas como instituições sociais, bem como os mecanismos e relações através dos quais constroem e mantêm seus rebanhos. É necessário falar sobre elas, revelar as estratégias e táticas que as mantêm como referências para a elaboração de inúmeras subjetividades em nossos dias. Romper o silêncio sobre as religiões para que o silêncio que provocam, o sofrimento silencioso e mudo que ensejam, possa gritar às consciências e tornar estridente o protesto contra os modos de sujeição e subjetivação que põem em funcionamento, gerando, em muitos casos, a morte, quase sempre a mortificação, em nome da vida e de Deus, este ser que é puro silêncio e que merece ter outras vozes e outras instituições, com menos sangue e morte em Suas mãos, a falar em Seu nome. Por isso, as religiões não gostam da história, pois ela conta os inúmeros crimes que cometeram e continuam cometendo, tudo em nome de Deus.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Da sedução*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2004.

BROWN, Peter. *Corpo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CARTA aos Bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais. Roma: Congregação para a Doutrina da Fé, 1986. Disponível em: <<http://www.promotoresdavid.org.br/noticias/242-carta-aos-bispos-da-igreja-catolica-sobre-o-atendimento-pastoral-das-pessoas-homossexuais-1986>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrites*. vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. vol. II. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. vol. III. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

